

SOBRE VELHICES E PROTAGONISMOS FEMININOS: QUESTÕES DE GÊNERO E GERAÇÃO

Simone Dourado¹
Daiany Cris Silva²

Resumo: Este artigo discute como as categorias gênero e geração são importantes marcadores para a compreensão da trajetória de vida de mulheres idosas. Colocamos em diálogo a vertente dos estudos geracionais, ancorada no pensamento de Karl Mannheim, e a abordagem de gênero, que tem como referência os trabalhos de Joan Scott. Discutimos, também, como as pesquisas sobre envelhecimento se valem dessas produções sobre geração e gênero para compreender o envelhecimento feminino. A pesquisa empírica que confere suporte a este artigo contou com a realização de cinco entrevistas com mulheres que estão acima dos 60 anos e que mantêm uma vida pública ativa.

Palavras-chave: Gênero; Geração; Envelhecimento.

Abstract: This article discusses how the categories of gender and generation are important markers for understanding the life trajectory of older women. To this end, it dwells on Karl Mannheim's generational theory and Joan Scott's approach to gender, discussing how research on aging employs these productions to understanding female aging. This empirical research was conducted with data collected by means of interviews with five women over 60 years old who keep an active public live.

Keywords: Gender; Generation; Aging.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-
NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Brasil. E-mail: simone.dourado890@gmail.com. Orcid: 0000-0001-5140-5866

2 Mestre em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Brasil. E-mail: daianycriss@gmail.com. Orcid: 000-0002-1897-9777

Introdução

Prendam as avós em casa (rebelião da terceira idade na quarentena)! Esses dias mesmo falei com minha bisavó e ela me disse que estava indo ao forró porque, segundo ela, ela já tinha vivido demais e não era um corona que ia impedir ela de ir ao forró. Felizmente, o forró foi fechado e ela está proibida de sair de casa. (PRENDAM..., 2020).

O trecho citado é a fala de um jovem influenciador digital em seu canal no YouTube. Durante a pandemia de covid-19, esse jovem tomou a velhice como um dos elementos centrais para os conteúdos de seus vídeos. Suas falas são um pequeno anúncio das piadas feitas contra os idosos e, particularmente, contra as mulheres idosas, na atualidade. A sociabilidade estabelecida em tempos de pandemia é, sobretudo, a virtual, o que facilita a circulação de vídeos, áudios, figurinhas e os chamados “memes”. Recentemente, Toledo e Souza Junior (2020) se perguntam sobre a existência de uma sociabilidade pandêmica e mostram como a “memeficação” da pandemia tomou conta das redes sociais, criando um clima de despolitização que tem sustentado posturas negacionistas em relação às orientações de controle da covid-19. Os idosos se tornaram personagens centrais dessa “memeficação”, como mostra o jovem youtuber citado acima em muitos vídeos reproduzidos em seu canal. Os mais velhos se tornaram protagonistas de situações ridículas: fugas de casa, resistência às orientações de distanciamento social, dificuldades de diferentes ordens no uso das formas de sociabilidade virtual e as mulheres idosas são ridicularizadas de uma forma ainda mais perversa: são aprisionadas na imagem da avó dependente que deve ficar em casa.

A situação atual confirma que há, como destaca Wivian Weller (2010), uma atualidade no uso do conceito de geração como ferramenta analítica. Posto que, por estar em uma faixa etária classificada do envelhecimento, se espera que os indivíduos cumpram determinados papéis. Aos idosos, de forma ampla, cabe o papel de abstenção da vida pública, e às mulheres idosas, em específico, o cumprimento das funções domésticas e dos cuidados. Ao definir a participação de mulheres idosas na vida pública como nosso tema neste artigo, buscamos uma relação entre essas duas categorias que, sob a nossa perspectiva, melhor representam o movimento dinâmico de uma sociedade, suas mudanças e transições: geração e gênero. As trajetórias das mulheres aqui apresentadas foram recolhidas antes do contexto

da pandemia de covid-19, portanto, demarcam dificuldades, lutas e contestações sobre ser possível estar em alguns lugares que, com a atual crise sanitária, foram ressignificados como locais proibidos aos idosos. Tal proibição vem acompanhada de posturas preconceituosas e estigmatizantes, que uma importante estudiosa da velhice, sobretudo a feminina, nominou de “velhofobia” (DOLCE, 2020 – em tempo: nunca vi Mirian Goldenberg fazer uso deste sobrenome. É preciso mesmo apresentá-la assim? Penso que, se a própria autora não o utiliza, é porque prefere ser lembrada como o fizemos e é o usual em suas obras. A fobia contra os velhos, particularmente contra as mulheres idosas, não nasceu com o coronavírus. Ela tem uma ancoragem social bem mais antiga e, infelizmente, vai sobreviver ao fim da pandemia.

A compreensão dos movimentos geracionais serve para dimensionar como a experiência social de mulheres é atravessada por múltiplas estruturas, que são constituídas, também, pelos trânsitos das gerações e, sobretudo, apresentam-se, a partir dessa compreensão, as alternativas que mulheres de toda uma geração desenvolvem para lidar com esses atravessamentos.

Vale destacar que o uso do conceito de geração para o estudo da periodização da vida é uma tentativa de apresentar soluções de análise que nos livrem das armadilhas comuns aos estudos geracionais, que esbarram em categorizações universais baseadas em pressupostos biológicos. Essas pesquisas apresentam a velhice ou a juventude como problemas sociais a serem resolvidos, como geralmente ocorre a prática de políticas públicas para essas faixas etárias, ou se baseiam em um discurso científico especializado, viciado em temáticas institucionalizadas e separadas em temas de velhos e temas de jovens (DEBERT, 1998).

Utilizamos a abordagem metodológica qualitativa, que se amparou em cinco entrevistas realizadas com mulheres idosas, com idades superiores aos 60 anos e de diferentes inserções sociais, mas que compartilham a experiência de terem chegado na velhice exercendo papel de liderança nas áreas em que atuam. Por meio da fala das mulheres entrevistadas, construímos uma reflexão sobre as questões que envolvem as categorias gênero e geração.

○ conceito geração

Cunhado pelo sociólogo Karl Mannheim (1982), o conceito geração está presente em seu trabalho intitulado “O problema sociológico das gerações”. O autor, além de ser um pioneiro dos estudos geracionais, é também uma importante referência para discussões metodológicas sobre a técnica

de pesquisa qualitativa. Como uma das suas principais contribuições nesse campo está a criação do método documentário de interpretação, que consiste na compreensão dos espaços sociais e das visões de mundo de um determinado grupo, por meio da série de vivências ligadas a uma mesma estrutura, que por sua vez constitui-se como base comum das experiências que perpassam a vida de múltiplos indivíduos (WELLER, 2005), o que significa que o sociólogo contribuiu para o desenvolvimento de um método de análise da ação e/ou das práticas cotidianas (WELLER, 2005).

O surgimento da sociologia da juventude liga-se fortemente, também, às contribuições de Mannheim (1961), que demonstra como a questão geracional é pertinente para o estudo dos movimentos de transformação social. A juventude, por ser a fase da vida em que se sente com maior ímpeto a colisão entre as descontinuidades históricas e, portanto, suas mudanças (FEIXA; LECCARDI, 2010; WELLER, 2007), torna-se um objeto de estudo fortuito para as ciências sociais.

Como a juventude pode contribuir em nossa sociedade? Esse é um dos questionamentos norteadores da temática juventude nos estudos das ciências sociais, que são influenciados pelas reflexões de Karl Mannheim. O sociólogo pensa a juventude como uma reserva latente que nossa sociedade possui, cuja potencialidade de ação é explorada de acordo com suas necessidades. A pessoa jovem e adolescente não está totalmente imersa nos conflitos sociais e, portanto, sente uma certa “desvinculação” (IANNI, 1963) dos processos sociais em curso. Como consequência, a juventude pode apresentar uma força criadora (MANNHEIM, 1961) de capacidade transformadora, sendo sua, em grande medida, a responsabilidade de reordenação da ordem social, no que se refere a pautar novas dinâmicas culturais e mobilizar movimentos contestatórios.

As discussões da sociologia da juventude têm mobilizado debates teóricos sobre a atualidade do conceito de geração nas ciências sociais, propondo uma dimensão do pensamento de Mannheim que pretende construir uma esfera intermediária nas análises sociais, em que o problema das gerações não se situa no campo macro e tampouco microsociológico (WELLER, 2010).

Publicado originalmente em 1928, o trabalho de Mannheim que conceitua geração demonstra que há um problema sociológico das gerações que precisa ser analisado, pois, segundo ele, a formação das gerações possui características estruturais para a organização social e, portanto, colabora para o condicionamento do comportamento humano

em sociedade. Dessa maneira, compreender sociologicamente as gerações possibilita visualizar os caminhos percorridos pela humanidade durante o desenvolvimento social.

Mannheim (1982) propõe que o problema sociológico das gerações se constitui por três ramificações: posição geracional, conexão geracional e unidade geracional. Essas três categorias nos permitem conhecer como diversos condicionantes, como diferenças regionais, de classe, raça, gênero e etnia, complexificam a formação geracional e a dinamizam, ou seja, agregam-se os fatores sociais ao tempo histórico.

A posição geracional trata-se do compartilhamento de um destino comum, marcado pelo tempo histórico e pelas condições culturais. Esses dois elementos demarcam a formação de um grupo geracional. Para participar da mesma posição geracional, isto é, para que seja possível a submissão passiva ou o uso ativo das vantagens e dos privilégios inerentes a uma situação de geração, é preciso nascer dentro da mesma região histórica e cultural (MANNHEIM, 1982). Mais do que nascer em um período cronológico específico, como pessoas que nasceram entre as décadas de 1940 e 1960, esse período deve fornecer um contexto histórico e cultural que agregue essas pessoas em posição social comum, marcos políticos, características culturais específicas, entre outros elementos que moldam uma região histórica e cultural bem estabelecida.

Esse terreno, que possibilita o surgimento de uma posição geracional, é de caráter potencial, pois são as forças sociais que a solidificam ou a neutralizam em meio aos processos em curso. O que define a posição geracional não é um estoque de experiências comuns acumuladas de fato por um grupo de indivíduos, mas a possibilidade ou “potencialidade” de poder vir a adquiri-las (WELLER, 2010). Essa potencialidade é determinada pelo compartilhamento do tempo histórico e de heranças culturais.

A posição geracional demarca a formação de uma geração como grupo social e potencializa uma maneira de ser, agir e pensar comum entre as pessoas pertencentes a esse grupo, no entanto, não há um padrão de comportamento específico e atemporal para cada geração. Todo e qualquer destino que uma geração toma é dependente das condições que o meio social impele.

Determinante para a coesão social de um grupo geracional, a conexão geracional estabelece concretamente um vínculo entre as pessoas que compartilham a mesma geração e as possibilita uma experiência comum. Em algumas traduções, como a de Marialice M. Foracchi (MANNHEIM, 1982),

a conexão se refere à “geração enquanto realidade”, ou seja, a conexão geracional exige mais do que o compartilhamento de uma tal região histórica e social, um nexos mais concreto é necessário para que a geração se constitua como uma realidade. Esse nexos adicional pode ser descrito como a participação no destino comum dessa unidade histórica e social (MANNHEIM, 1982).

Não basta, portanto, nascer em um determinado período para estar conectado geracionalmente, mas a conexão surge por meio da adesão às possibilidades impostas pelos processos em curso. Isso significa que as pessoas nascidas entre as décadas de 1940 e 1960, por exemplo, ao compartilharem determinadas tendências comportamentais, maneiras de agir, ser e pensar, configuradas de acordo com as forças sociais em que estão imersas, conectam-se geracionalmente, pois aderem às possibilidades de possuir uma experiência comum do tempo histórico em que vivem, possibilidades que são emergentes da sua posição geracional. No entanto, é possível haver diversas perspectivas dentro desse grupo, condicionadas pela condição de classe, cor, gênero, orientação sexual, entre outros. Essa diversidade de perspectivas forma as unidades de geração.

A unidade geracional pode se constituir por um grupo de pessoas nascidas no mesmo tempo histórico e pertencentes à mesma conexão geracional, mas que compartilham experiências e estilos de vida peculiares, desse modo, cria-se uma unidade geracional que coexiste a outras unidades de gerações com perspectivas específicas. Nas palavras do autor:

[...] a mera “situação” comum em uma geração é de uma significação apenas potencial, uma geração enquanto uma realidade é constituída quando contemporâneos similarmente “situados” participam de um destino comum e das ideias e conceitos de algum modo vinculados ao seu desdobramento. Dentro dessa comunidade de pessoas com um destino comum podem então surgir unidades de geração particulares. Elas se caracterizam pelo fato de que não envolvem apenas a livre participação de vários indivíduos em um padrão de acontecimentos partilhando igualmente por todos (embora interpretado diferentemente por indivíduos diferentes), mas também uma identidade de reações, uma certa afinidade o modo pelo qual se relacionam com suas experiências comuns e são formadas por elas. (MANNHEIM, 1982, p. 89).

Podemos exemplificar essas nuances do conceito de geração da seguinte maneira: há uma conexão geracional entre pessoas que nasceram entre as décadas de 1940 e 1960, representada pela adesão de experiências comuns que são potencializadas pelo contexto que a posição geracional oferece.

Há diferentes unidades com relação a mulheres e homens dessa geração, que podem se subdividir em outras pequenas unidades de geração na perspectiva de gênero das mulheres, por exemplo, formando diferentes unidades geracionais para mulheres brancas ou negras de classe alta, mulheres trabalhadoras brancas ou negras, mulheres com alta escolaridade, as que integram o mercado de trabalho ou não, mulheres indígenas, imigrantes, latinas e afro-americanas. Cada situação social define uma diferente perspectiva e, portanto, forma uma unidade de geração, que ainda está conectada à realidade compartilhada, de estilo de vida e gostos que essa geração desenvolve, mas que possui diferentes significados para cada condição.

Mannheim (1982), ao criar essa dimensão de unidade geracional, reconhece a existência de diferentes perspectivas entre os grupos humanos, nesse sentido, demonstra que não se pode lidar uniformemente com questões sociais. É possível perceber que o autor conceitua geração como uma estrutura complexa que agrega diversos condicionantes sociais, nesse sentido, fazer parte de uma geração é compartilhar de uma mesma situação social que conecta perspectivas e vivências distintas. Se, como é o caso deste estudo, consideramos a categoria gênero ao estudar o envelhecimento populacional, perceberemos que a situação geracional de uma pessoa idosa é um fato potencial para determinadas tendências de comportamento, mas a coesão de um comportamento comum depende das condições sociais e históricas para se firmar. Portanto, o gênero com que as pessoas dessa geração se identificam é um condicionante importante, pois essa condição é significada por construções sociais e históricas.

Nesse sentido, a conexão geracional estabelece uma forma de agir específica para homens e mulheres de uma dada situação social. O ser mulher unifica um grupo de pessoas com uma perspectiva específica, mas a classe a que essa mulher pertence, a cor que possui e o lugar onde vive determinam de maneiras distintas suas vivências, o que configura diferentes unidades geracionais. Isso significa que a condição de gênero promove a formação de uma grande unidade geracional que engloba outras condições sociais vivenciadas pelas mulheres.

Diante do exposto, acreditamos ser possível destacar que uma das grandes vantagens que o conceito de geração proporciona é o dimensionamento da diversidade de vivências, que podem ser antagônicas, o que possibilita visualizar interações sociais peculiares e distancia a fixidez do olhar de quem busca compreender as relações sociais dos grupos geracionais. Percebe-se na dinâmica dos movimentos societários a inexistência de estruturas rígidas.

Desse modo, o conceito de geração traz a compreensão de que a sociedade é parte de um construto coletivo que não se apresenta como uma realidade imediata submetida a comandos exteriores de forma passiva e receptiva. Isso significa que a formação de uma sociedade compreende movimentos de interação entre os agentes sociais, que se materializam em um conjunto de eventos que apenas são possíveis a partir da produção de seres individuais que compartilham experiências em comum.

A capacidade de intervenção humana na realidade possibilita, portanto, a criação de trânsitos dinâmicos na vida em sociedade. Se considerarmos esses trânsitos em suas individualidades de vivência perceberemos a sua potencialidade criadora e ativa nos arranjos do desenvolvimento social. Quem vive o processo do envelhecimento, além de viver determinações e marcos culturais e históricos muito bem situados por sua condição geracional (BOSI, 1994), possui um tempo em sua biografia que pode ser capaz de apontar como uma trajetória é ao mesmo tempo parte da história e a constitui por si mesma (BARROS, 2006), sob a intervenção de suas próprias vivências do dia a dia. Nesse sentido, autores que consideram os antagonismos da vida cotidiana apresentam pressupostos analíticos que despertam uma maior atenção às peculiaridades da vivência social.

O contínuo processo de transição geracional é o que possibilita que a nossa sociedade nos seja apresentada tal como a conhecemos hoje. Para que isso ocorra, vários movimentos sociais e intelectuais transformam e desenvolvem nossa história, sendo pautados na dinâmica de surgimento de novas demandas da população e desaparecimentos de velhos agentes sociais. Dessa forma, as interações, em nível interpessoal da vida cotidiana, se conectam com o todo social nesse contexto de movimentação societária.

O desaparecimento de determinados agentes, que possuem sua ação limitada ou totalmente anulada no período histórico, possibilita a renovação e circularidade nos processos sociais. O conceito de geração de Mannheim (1982) tende a explodir uma fixidez presente em teorias sociológicas superestruturais, pois possibilita análises interseccionais, que articulam diferentes categorizações, em razão de basear-se nas interações e condutas individuais dos agentes sociais e, assim, permite considerar a infinidade de condicionantes socioculturais que estruturam as relações humanas.

Nessa perspectiva, lidar com relatos e histórias de vida é uma maneira de compreender a complexidade das sínteses formuladas por indivíduos, demonstrando que a vida social não é o cerne da vida humana, mas é parte

da conexão da natureza com a capacidade criativa das pessoas em sociedade, que deve ser interpretada e deduzida e não tratada como uma fórmula.

Diante disso, é preciso se atentar à relação entre a biografia pessoal e a história coletiva, no que se refere a sua complexidade e contraditoriedade. Assim como afirma Avtar Brah (2006) ao argumentar sobre a questão da diferença na formação da identidade:

Enquanto as identidades pessoais sempre se articulam com a experiência coletiva de um grupo, a especificidade da experiência de vida de uma pessoa esboçada nas minúcias diárias de relações sociais vividas produz trajetórias que não simplesmente espelham a experiência do grupo. De maneira semelhante, identidades coletivas não são redutíveis à soma das experiências individuais. Identidade coletiva é o processo de significação pelo qual experiências comuns em torno de eixos específicos de diferenciação – classe, casta ou religião – são investidas de significados particulares. Nesse sentido, uma dada identidade coletiva parcialmente apaga traços de outras identidades, mas também carrega outros traços delas. Isso quer dizer que uma consciência expandida de uma construção de identidade num dado momento sempre requer uma supressão parcial da memória ou senso subjetivo da heterogeneidade interna de um grupo. (BRAH, 2006, p. 371-372).

A socióloga nos chama a atenção para o equívoco de se universalizar experiências individuais ou coletivar identidades apagando a heterogeneidade existente nos grupos sociais. Essa é uma dimensão importante a ser destacada em estudos que consideram as trajetórias cotidianas e mobilizam teorias como as que discutimos neste artigo, pois revela que é preciso haver atenção aos significados específicos mobilizados dentro do objeto investigado. Esse movimento é necessário para localizar o papel de quem analisa e propõe interpretações sobre as trajetórias individuais, situando-as no processo social a que pertencem.

Esse argumento pode ser bastante conveniente para os estudos geracionais por permitir que a análise instrumentalize o tratamento dos agentes da investigação como interlocutores de uma realidade, não submetidos a conceitos predeterminados e universalizantes. As técnicas de entrevistas em profundidade e relatos de trajetórias de vida podem contar a história de cada agente social e, por meio desse material, compor um quadro analítico coerente com a realidade social do tempo histórico que vivenciam. Essa dinâmica é importante para se pensar as gerações em razão de permitir que uma composição analítica permeie múltiplos fatores, atravessados por fluxos contínuos de transição e transformação.

O conceito de gênero nos estudos geracionais

Os trabalhos da antropóloga Guita Debert (1998, 1999) sobre o envelhecimento contribuem para compreender como a significação da periodização da vida é um discurso em disputa. Ao afirmar que há uma reinvenção da velhice a antropóloga possibilita o dimensionamento do envelhecimento como um objeto de pesquisa da antropologia, situado social e culturalmente, e não apenas como um demarcador cronológico. A velhice vista não como uma abstração porque as pessoas não são abstratas, o envelhecimento é uma realidade vivenciada por pessoas com suas histórias de vida singulares (GONÇALVES, 2002).

Diante dessa perspectiva, os pressupostos sobre os diferentes grupos geracionais, principalmente o de pessoas de mais idade, não devem ser baseados em conceitos abstratos, pois eles não colaboram para a construção de um conhecimento científico que considere a ação humana em suas peculiaridades do movimento geracional. Dessa maneira, tratar o problema sociológico das gerações da maneira proposta por Mannheim (1982) proporciona uma maior aproximação do conhecimento científico com a realidade.

Entendemos que os posicionamentos e os lugares estruturais que as mulheres ocupam produzem experiências particulares e específicas compreensões dos processos sociais (YOUNG, 2006). A atuação pública das mulheres que participam da vida pública, mesmo depois de chegarem à velhice, cria suas esferas de atuação como um espaço político de reivindicação e transformação das relações de gênero. A presença dessas mulheres em determinados espaços no mundo da política, do trabalho ou ainda da intervenção social amplia o acesso, o reconhecimento e as condições de participação e permanência das mulheres nessas instâncias de poder.

Um dos núcleos de definição sobre gênero como uma categoria analítica é descrito por Scott (1995, p. 86) como “uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Um tempo depois da discussão inicial sobre como gênero é uma poderosa categoria analítica, Scott (2012) reafirma a utilidade desse recorte, mesmo quando seu uso se tornou tão generalizado que parecia não categorizar mais nenhum processo histórico e social. Escreve a autora:

É esta luta política que eu penso que deve comandar nossa atenção, porque gênero é a lente de percepção através da qual nós ensinamos os significados de macho/fêmea, masculino/feminino. Uma “análise de gênero” constitui nosso compromisso crítico com estes significados e nossa tentativa de revelar suas contradições e instabilidades como se manifestam nas vidas daqueles que estudamos. (SCOTT, 2012, p. 332).

Nesse sentido, ao estudar questões relacionadas à condição de gênero das mulheres, que vivenciam estruturas geracionais determinadas, articulamos duas categorias que possibilitam um melhor dimensionamento metodológico para o estudo geracional, ao menos no terreno dos estudos sobre envelhecimento feminino: geração e gênero. Tal como proposto por Guita Debert (1999), é preciso significar como as mulheres lidam com o envelhecer. Ao dimensionar a atuação de nossas entrevistadas na vida social e política pretendemos conhecer os caminhos percorridos por elas para se manterem ativas durante o processo do envelhecimento. Portanto, além do recorte geracional, há aqui a presença do recorte de gênero.

A teoria feminista não só avançou no debate sobre os direitos políticos e sociais das mulheres como contribuiu para o entendimento das questões de identidade que influenciaram significativamente no modo de viver das gerações atuais (HALL, 2006). A teoria e prática feminista, ainda, ao questionar sobre a naturalidade do feminino, abriu margem para discussões mais profundas sobre o significado de “ser mulher”, significado esse que pode ser múltiplo, assim como afirma Joan Scott:

[...] “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas. (SCOTT, 1995, p. 93).

Isso significa que não há um único sentido para a condição de gênero de uma mulher, seus significados se transformam e não podem ser fixados em concepções universais. Diante disso, questionamos se quando tratamos sobre “mulheres” estamos realmente lidando com todas as questões que afetam as pessoas desse gênero, pois a experiência feminina é constituída por determinações sociais e históricas que não podem definir uma identidade única para as mulheres. Olhar sob essa perspectiva nos permite “entender diferentes femininos” (EVARISTO, 2005, p. 6).

Algumas correntes do movimento feminista, representadas aqui pelo feminismo negro interseccional¹, atentas a essas conexões plurais na vida social, têm buscado reconhecer que o nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações

1 Movimento protagonizado por mulheres negras que buscaram pensar o feminismo de maneira distante dos universalismos, considerando que há um imbricamento dos processos de exclusão e desigualdades (WESCHENFELDER; FABRIS, 2019).

globais de poder. Nesse sentido, a teórica Avtar Brah (2006) considera ainda que a nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza por meio de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Concordamos com abordagens recentes, como a que foi feita por Camilla de Magalhães Gomes (2018), que reafirma gênero como categoria útil de análise, desde que incluído em seu uso o recorte de raça.

Compreende-se, portanto, que dentro dessas estruturas de poder, não existimos apenas como mulheres e nossas relações sociais são permeadas pela intersecção de categorias diferenciadas, nominadas como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes” (BRAH, 2006). Desse modo, há a vivência de experiências em diferentes segmentos na sociedade, que são resultados de transformações sociais e culturais percebidas de acordo com os movimentos geracionais que as solidificam.

Nessa perspectiva, a categoria gênero torna-se uma ferramenta de descentramento de identidades universais, que ao transbordar ou esvaziar o seu significado, contestando a universalidade da “humanidade” e apresentando as experiências privadas da vida familiar, sexual e doméstica como questões políticas, demonstra como uma situação social é fluída e maleável, de acordo com as necessidades de uma sociedade e das interferências dos seus agentes (HALL, 2006).

Ligada estreitamente à problemática das mudanças sociais e ao modo como as diferenças geracionais são experimentadas na vida em sociedade, a questão das gerações permite visualizar as experiências de envelhecimento que estão conectadas às referências de classe, de gênero e de cor (BARROS, 2006). Quando se diferencia essas experiências segundo suas perspectivas de gênero percebe-se que suas peculiaridades constroem cotidianamente estruturas significativas para a vivência social, tornando o conceito gênero um referencial de análise que possibilita a compreensão do sistema de poder que estabelece desigualdades baseadas na sexualização.

Ao mobilizar o conceito de geração, pode-se visualizar a condição de gênero como uma situação social que proporciona uma perspectiva específica dentro de sua geração, no entanto, se não utilizamos uma conceituação de gênero que considere a diversidade de significados sobre o “ser mulher”, por exemplo, a concepção de unidades geracionais se distancia do conceito de geração proposto por Mannheim (1982).

O processo de escolha das interlocutoras e o desenvolvimento da metodologia são os principais momentos de mobilização dessa perspectiva,

além do tratamento analítico. Diante do posicionamento teórico apresentado, mapeamos mulheres de uma mesma posição geracional, que possuem 60 anos ou mais e que são conectadas por sua condição de mulher, mais precisamente, a mulher que possui uma trajetória de vida pública ativa com atuação profissional e política.

A posição geracional é a de pessoas nascidas entre as décadas de 1940 e 1950, que viveram as transformações no mercado de trabalho, seja com a integração de mulheres na formalidade e sua profissionalização ou, ainda, que vivenciaram em suas trajetórias as mudanças nos regimes sociodemográficos de nupcialidade, natalidade, mortalidade e aumento da expectativa de vida. Esses fenômenos começaram a se intensificar na década de 1970 (OLIVEIRA; VIEIRA; MARCONDES, 2015), período em que as participantes viveram sua juventude ou início da vida adulta, o que influenciou no modo como conduziram suas vidas em sociedade.

Conectadas pela vivência feminina, constituindo uma grande unidade geracional pautada na perspectiva do gênero que se identificam, as cinco mulheres que aceitaram o convite de participar deste estudo apresentam uma diversidade de vivências que representam diferentes situações sociais. Além da condição de gênero, outros fatores podem ser unificadores geracionais: a escolaridade, profissionalização e posição social como lideranças.

Suas trajetórias demonstraram que para haver a manutenção de uma vida pública, alguns padrões no estilo de vida foram necessários para a maioria delas. Além de carreiras profissionais consolidadas, todas as entrevistadas possuem curso superior completo e uma vida financeira estável de classe média². Além de manterem um estilo de vida familiar característico, apenas duas entrevistadas possuem filhos, sendo no máximo três. Três participantes não possuem descendentes.

Para visualizar com mais clareza quem são nossas interlocutoras, apresentamos a seguir um perfil geral das mulheres entrevistadas. É importante destacar que todos os nomes utilizados são fictícios, o intuito é preservar certo conforto de escrita ao realizar as análises diante do anonimato das participantes³. Lídia possui 68 anos, é advogada, empresária e engajada no associativismo de mulheres do ramo empresarial. Raquel tem 76 anos, é religiosa, atuante em organizações do catolicismo e enfermeira dedicada

2 Dados sobre o perfil geral das entrevistadas, como data de nascimento, grau de escolaridade e renda per capita, foram coletados por meio do preenchimento de uma ficha de dados gerais.

3 As participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido em que consta essa informação.

a políticas de saúde da infância e da família. Fátima, com seus 74 anos de idade, diz ser pedagoga de formação e agricultora por acidente, atualmente possui uma das propriedades rurais mais produtivas do país. Elena, 68 anos, é historiadora e especialista em gênero e raça, foi pesquisadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) durante 30 anos e na atualidade é ativista em uma Rede de Mulheres Negras e no Movimento LGBTTI⁴. Leonor, 63 anos, advogada e sindicalista, na juventude foi militante no combate à ditadura militar e atualmente é membro de uma organização partidária.

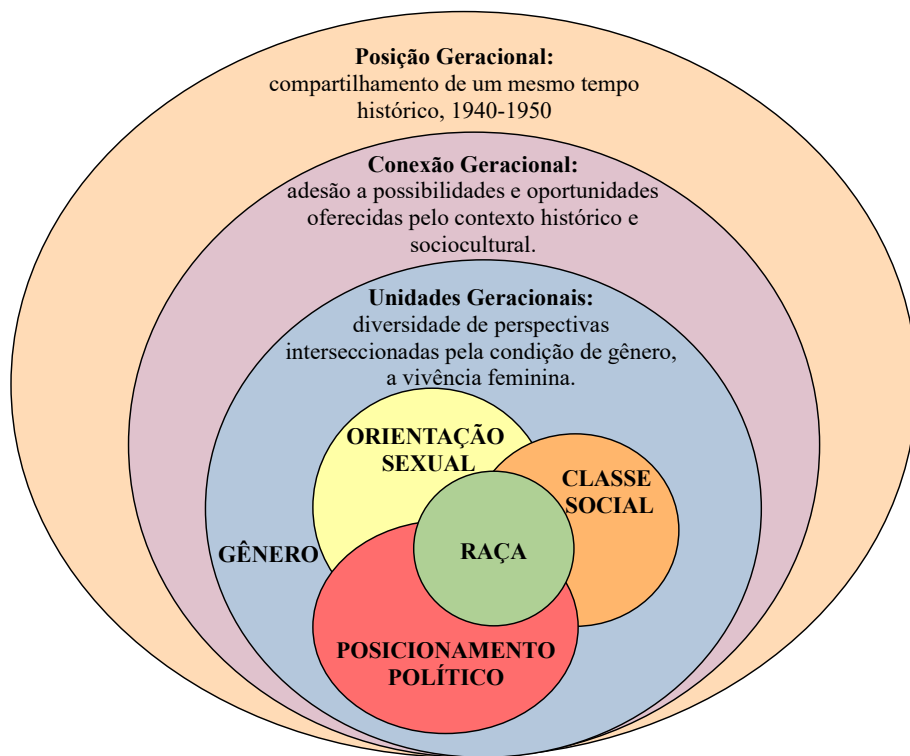
Cada uma dessas interlocutoras possibilitam o dimensionamento de diferentes perspectivas, representadas em diversas unidades geracionais: da mulher da classe média alta inserida no meio empresarial, da mulher religiosa dedicada ao engajamento social, da mulher de classe alta ruralista, da mulher negra ativista política e da mulher socialista e engajada no combate às desigualdades.

Diante do perfil das participantes, o conceito de geração possibilitou delimitar as peculiaridades vivenciadas na posição geracional em que essas mulheres se localizam, no entanto, apenas a articulação com a conceitualização de gênero, considerando interseccionalidades, é que permite que essas peculiaridades sejam analisadas de modo a contemplar as experiências concretas que essas mulheres vivenciam em suas diferentes unidades geracionais. Apresentamos a seguir o Esquema 1, que demonstra como as mulheres estão localizadas geracionalmente de acordo com o conceito de geração de Mannheim (1982).

De acordo com o Esquema 1, é possível perceber que a posição geracional proporciona a potencialidade de comportamentos e ações compartilhadas, que só se mostram efetivas se as outras características estruturais que constituem a formação de uma geração estejam presentes na vida cotidiana. Dessa maneira, só há uma conexão geracional à medida que há adesão às potencialidades proporcionadas pela posição geracional. As unidades geracionais possuem a função de moldar os comportamentos e ações compartilhadas de acordo com cada situação social a que individualmente as pessoas pertencem. Nesse sentido, o gênero funciona como uma grande unidade geracional que agrega a perspectiva em comum de uma geração, mas que pode sofrer múltiplas subdivisões a depender de condicionantes como o posicionamento político, classe, raça ou orientação sexual.

4 Acreditamos ser importante demarcar os motivos pelos quais utilizamos essa nomenclatura para tratar da população LGBTTI. A sigla se refere a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais e intersexo, de acordo com a denominação indicada pela Associação Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (ABGLT), instituição em que uma das agentes dessa pesquisa é representante (HISTÓRIA..., 2021).

Esquema 1: Relação entre a posição, conexão e unidade geracional das interlocutoras



Fonte: Elaboração própria (2020).

A articulação dos conceitos de geração e gênero gerou a compreensão, por exemplo, sobre quais conexões se estabelecem entre a trajetória de vida de uma interlocutora e o percurso das outras, por considerar que a vivência feminina é dotada de significados que se constroem na vivência social. Além disso, foi possível refletir sobre as aproximações na construção das trajetórias de destaque de pessoas com posicionamentos e visões tão distintas, como é o caso de Lídia e Fátima, duas participantes que tendem a aderir a posições mais liberais, em relação às outras três, Raquel, Elena e Leonor, que se dedicam a pautas mais progressistas.

Para compreender como o compartilhamento de um tempo histórico, a posição geracional, pode desencadear diferentes perspectivas sobre a vivência social e ao mesmo tempo traz aproximações entre as entrevistadas, apresento o Quadro 1, que demarca temporalmente as etapas de amadurecimento das interlocutoras.

Quadro 1: Demarcação temporal das etapas de amadurecimento das interlocutoras

Nome	Idade	Década de nascimento	Década em que atingiu 18 anos	Década em que atingiu 29 anos	Década em que atingiu 60 anos
Lídia	69	1951	1969	1980	2011
Raquel	77	1943	1961	1972	2003
Fátima	75	1945	1963	1974	2005
Elena	69	1951	1969	1980	2011
Leonor	64	1956	1974	1985	2016

Fonte: Elaboração própria (2020).

De acordo com o Quadro 1, o período de nascimento das entrevistadas é entre os anos de 1940 e 1950. Entre o fim da década de 1960 e meados da década de 1970, elas viveram o início da sua juventude. A vida adulta se concentrou por volta dos anos de 1980 e o processo de envelhecimento chegou apenas no início do século XXI. É possível destacar, portanto, que essas mulheres compartilharam uma série de momentos históricos peculiares a uma vida moderna e, principalmente, para a constituição da vida política brasileira. Para visualizar melhor esses marcos históricos e contextos socioculturais compartilhados pelas interlocutoras, pontuamos no Quadro 2 os momentos mais marcantes que elas vivenciaram e em que fase da vida elas estavam.

Quadro 2: Marcos históricos e contextos socioculturais compartilhados pelas interlocutoras

Décadas	Marcos históricos e contextos socioculturais	Fases da vida das interlocutoras
1940	<ul style="list-style-type: none"> ● Segunda Guerra Mundial, findada em 1945; ● Fundação da Organização das Nações Unidas (ONU); ● Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); ● Queda do Estado Novo, governado por Getúlio Vargas, e redemocratização do país; ● Instituição do salário-mínimo e Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); ● Criação do Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). 	Infância de Raquel e Fátima
1950	<ul style="list-style-type: none"> ● Juscelino Kubitschek foi presidente do Brasil (1956 a 1960); ● Fortalecimento da política econômica desenvolvimentista. 	Infância de Lídia, Elena e Leonor
1960	<ul style="list-style-type: none"> ● Fechamento dos canais democráticos no Brasil, Golpe Militar de 1964; ● Crescimento dos movimentos sociais contrários à ditadura militar; ● Comercialização da pílula anticoncepcional. 	Juventude de Raquel e Fátima

Continua...

Quadro 2: Continuação.

Décadas	Marcos históricos e contextos socioculturais	Fases da vida das interlocutoras
1970	<ul style="list-style-type: none"> ● Criação do Movimento Negro Unificado (MNU); ● Fundação do Movimento Feminino pela Anistia; ● I Encontro Nacional das Comunidades de Base, com o tema “Igreja que nasce do povo”; ● O movimento negro elege a data da morte de Zumbi dos Palmares como Dia Nacional da Consciência Negra; ● A UNE realiza sua primeira eleição direta, com 343 mil votantes (1979). 	<p>Juventude de Lídia, Elena e Leonor</p> <p>Início da vida adulta de Fátima e Raquel</p>
1980	<ul style="list-style-type: none"> ● Movimento Diretas Já!; ● Eleições diretas (governadores, senadores, deputados federais e estaduais); ● Voto dos analfabetos, legalização dos partidos comunistas e eleições diretas em todos os níveis, liberdade para a criação de partidos e coligações; ● Aprovação da Constituição Cidadã (1988). 	<p>Início da vida adulta de Lídia, Elena e Leonor</p>
1990	<ul style="list-style-type: none"> ● Estatuto da Criança e Adolescente – ECA; ● Eleições gerais no Brasil: Governos Estaduais e Assembleias, Senado, Câmara dos Deputados (1990); ● Movimento Caras-Pintadas (1992); ● Impedimento do Presidente Fernando Collor (1992); ● IV Conferência Mundial da ONU sobre a mulher, em Beijing (1995); ● Fernando Henrique Cardoso é eleito e reeleito à presidência do Brasil (1994 a 2002); ● Difusão da internet em todo território nacional. 	<p>Auge da vida adulta das cinco interlocutoras</p>
2000	<ul style="list-style-type: none"> ● Lula é eleito Presidente da República no segundo turno, vencendo José Serra, do PSDB (2002); ● Promulgada, no Brasil, a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, pelo Decreto nº 4.377, de 13/9/2002; ● Criação da Lei Maria da Penha. 	<p>A chegada à velhice de Fátima e Raquel</p>
2010	<ul style="list-style-type: none"> ● Manifestações de Junho de 2013; ● Sancionadas as leis nº 12.711/2012 e 12.711 que definem cotas sociais e raciais nas instituições federais; ● Manifestações de maio de 2015, contra o governo Dilma Rousseff; ● Golpe parlamentar e impedimento da Presidenta Dilma Rousseff (2016); ● Ascensão reacionária no cenário político, eleição de Jair Bolsonaro (2018). 	<p>A chegada à velhice de Lídia, Elena e Leonor</p>

Fonte: Elaboração própria (2020).

○ Quadro 2 indica que em momentos decisivos da história política brasileira as entrevistadas viveram períodos importantes do seu processo de amadurecimento e não só os vivenciaram como construíram boa parte

desse movimentos, principalmente no que se refere ao processo de redemocratização do Brasil, nos anos de 1980 a 1990, e de solidificação dos movimentos sociais.

Ao analisar os relatos de experiências das nossas interlocutoras, percebemos que a questão de gênero não se mostrava como um movimento central na política brasileira, a organização de mulheres estava difusa entre os movimentos de trabalhadores, organizações partidárias ou religiosas. Isso significa que os processos de redemocratização foram vivenciados pelas entrevistadas em dois momentos distintos. O primeiro após a queda do Estado Novo, seguido do fim da ditadura militar, direcionando a organização das mais diversas correntes políticas no nosso país, isto é, a luta por direitos ao trabalho, educação, saúde, liberdade e o combate às desigualdades são pautas muito presentes na vida política e social dessa geração de pessoas nascidas entre os anos 1940 e 1950.

Diante desse contexto, é possível afirmar que a posição geracional em que se localizam as participantes do estudo possibilita a construção de trajetórias ativas politicamente, ou que pelo menos possuam atitudes e modos de agir e pensar progressistas, no sentido de buscar novos espaços de atuação. Para as gerações anteriores de mulheres, essa realidade era de menor acesso ou inacessível.

Dizer que o contexto político atravessado pelas interlocutoras pode dar a elas valores mais progressistas não significa que todas compartilhem do mesmo posicionamento político, muito pelo contrário, é possível perceber que muitas delas aderem a posições muito diferentes em relação à política nacional. No entanto, existem discursos que se encontram, independentemente se elas são mais progressistas ou conservadoras, como é o caso da valorização do papel da mulher no mercado de trabalho e da sua liberdade de escolha. Esse discurso é mobilizado com justificativas diferentes e está presente na fala de todas as entrevistadas, o que pode ser resultado do movimento de democratização de direitos vivenciado por elas nesse período histórico.

Em âmbito geral, situar trajetórias que, embora compartilhem uma mesma posição geracional apresentam perfis tão distintos, possibilita demonstrar que ainda que haja diferentes perspectivas da vida em sociedade para cada uma delas, ainda há conexões e determinações estruturais da geração a que pertencem e as colocam em posições semelhantes. Ainda que a maneira como desenvolvem significados para o mundo seja distinta, há condicionantes que potencializaram a possibilidade de viverem nas posições de destaque em que

vivem. É a condição de gênero de uma geração de mulheres em posição de liderança que conecta essa diversidade de perfis.

Considerações finais

Parte da atenção em criar alternativas de análise das categorias gênero e geração é impelida pelos novos moldes demográficos que se impõem à realidade brasileira, em que se observa a sobrevida das trajetórias femininas, fenômeno intitulado de “feminização da velhice, explicada pelos diferenciais de mortalidade entre homens e mulheres, tendendo a se ampliar nos grupos etários mais avançados” (SOARES, 2012, p. 168).

Segundo Soares (2012), ainda, esse fenômeno é tratado pelos órgãos públicos como um problema para as políticas públicas, pois as mulheres não fizeram parte, oficialmente, do setor produtivo, portanto, não possuem contribuição previdenciária, por exemplo. Além disso, em grande maioria, essas mulheres, que cada vez mais ganham uma perspectiva de vida elevada, possuem baixa escolaridade e pouca qualificação. Essa realidade contrapõe o perfil de nossas entrevistadas, no entanto, pois este estudo trata de um novo perfil de idosas que participam da vida pública e do mundo do trabalho, uma nova configuração que aparece nos índices socioeconômicos. Além disso, as mulheres idosas que possuem uma renda mínima, possibilitada por auxílios previdenciários ou programas da política de assistência social, adquirem um lugar nas estruturas familiares, participando da manutenção da família, por exemplo.

Em síntese, quando relacionamos as categorias gênero e geração, percebemos que os atravessamentos que perpassam as trajetórias femininas nos oferecem desafios analíticos e metodológicos e, o mais importante, colocam em questionamento o discurso tutelar e estereotipado sobre as pessoas idosas, pois ao observarmos os percursos cotidianos dessa geração, percebemos que seus agentes não são passivos e dependentes, as mulheres entrevistadas por nossa pesquisa comprovam isso. Portanto, “rebelião da terceira idade na quarentena” não é resultado de uma inconsequência, e sim de uma defesa da independência e capacidade de escolha dessas mulheres construída ao longo de décadas.

Referências

BARROS, M. M. L. Trajetória dos estudos de velhice no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 52, p. 109-132, 2006.

BOSI, E. Lembranças de família. *In*: BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 423-433.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 26, p. 329-376, 2006.

CARVALHO, G. P. Uma reflexão sobre a rede mundial de computadores. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 21, n. 2, p. 549-554, 2006.

DEBERT, G. G. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. **Antropologia e Velhice**, Campinas, n. 13, p. 7-27, 1998.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Edusp, 1999.

DOLCE, J. Mirian Goldenberg: “Lutar contra a velhofobia é lutar pela nossa própria velhice”. **Publica**, São Paulo, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ldjjGT>. Acesso em: 27 mar. 2021.

EVARISTO, C. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. **Nossa Escrivivência**, Maricá, 11 out. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3oNSnzO>. Acesso: 11 out. 2021.

FEIXA, C.; LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 25, n. 2, p. 185-204, 2010.

GOMES, C. M. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, 2018.

GONÇALVES, M. A reinvenção da velhice: socialização e reprivatização do envelhecimento. **Pro-Posições**, Campinas, v. 13, n. 2, 2002. Resenha da obra de: DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Edusp, 1999.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HISTÓRIA de luta. **ABGLT**, Niterói, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3IkIF7b>. Acesso em: 17 jul. 2021.

IANNI, O. O jovem radical. *In*: IANNI, O. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. p. 225-242.

LINHA do tempo dos direitos humanos Brasil. **DHnet**, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2Yn8itv>. Acesso em: 16 mar. 2020.

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. *In*: MANNHEIM, K. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. p. 36-61.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. *In*: FORACCHI, M. M. (org.). **Karl Mannheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95.

PRENDAM as avós em casa (rebelião da 3º idade na quarentena). Youtube. 09 de abril de 2020. Duração 21'49" 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/LRuYRcN607g>>. Acesso dia 09 de outubro de 2021.

OLIVEIRA, A. **Histórico, produção e aplicabilidade da Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340/2006**. 2011. Monografia (Especialização em Processo Legislativo) – Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Brasília, DF, 2011.

OLIVEIRA, M. C.; VIEIRA, J. M.; MARCONDES, G. S. Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil: mudanças e permanências. *In*: ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Unesp, 2015. p. 309-333.

PEDRO, J. M. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, J. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, 2012.

SOARES, C. Envelhecimento populacional e as condições de rendimento das idosas no Brasil. **Gênero**, Niterói, v. 12, n. 2, p. 167-185, 2012.

SOARES, I. S. Caminhos, pegadas e memórias: uma história social do movimento negro brasileiro. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 71-87, 2016.

TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 35-62, 2014.

TOLEDO, L. H.; SOUZA JUNIOR, R. A. P. Sociabilidade pandêmica? O que uma antropologia urbana pode dizer a respeito da crise deflagrada pela COVID-19. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, p. 53-64, 2020.

WELLER, W. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 7, n. 13, p. 260-300, 2005.

WELLER, W. Karl Mannheim: um pioneiro da sociologia da juventude. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2007.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 25, n. 2, p. 205-224, 2010.

WESCHENFELDER, V. I.; FABRIS, E. T. H. Tornar-se mulher negra: escrita de si em um espaço interseccional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, p. 1-15, 2019.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

Recebido em 04 de maio de 2021.

Aprovado em 12 de julho de 2021.